

Reflexões teóricas sobre a prática jornalística: três conceitos

Vinicius Neder¹

Resumo

Este trabalho apresenta de forma sucinta algumas reflexões iniciais sobre as "teorias do jornalismo", a partir da definição de três conceitos: (1) "realidade como uma construção social"; (2) "valor-notícia" ou "noticiabilidade"; e (3) "objetividade" como método jornalístico. Esses conceitos foram aplicados como reflexão teórica em pesquisa de mestrado sobre a prática profissional nas coberturas sobre exclusão social de crianças e adolescentes. Aqui, são apresentados, de forma sucinta, como úteis às reflexões que se debruçam sobre as práticas jornalísticas em geral.

Palavras-chave: teorias do jornalismo; realidade; noticiabilidade; objetividade.

Abstract

This paper presents some initial discussions about different streams of journalism theory. The discussions are guided by three concepts: (1) "social construction of reality"; (2) "news-value" or "newsworthness"; and (3) "objectivity" as a journalistic method. The three concepts have been applied, as a theoretical basis, in a research on the coverage about social exclusion of children and adolescents in Brazil. In this paper, the three concepts are presented as good theoretical tools for any research on journalistic practices.

Key-words: journalism theory; reality; newsworthness; objectivity.

¹ Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Jornalista formado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é redator do Jornal da Ciência, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Introdução

Apresentamos neste trabalho, de forma sucinta, algumas reflexões iniciais sobre as “teorias² do jornalismo”. Não se trata de revisão abrangente de bibliografia sobre as diversas correntes teóricas que se debruçaram sobre o funcionamento do jornalismo, mas sim de ressaltar alguns aspectos dessas correntes para, então, concentrarmo-nos na definição de três conceitos. São eles: (1) “realidade como uma construção social”; (2) “valor-notícia” ou “noticiabilidade”; e (3) “objetividade” como método jornalístico. Os três conceitos foram essenciais, como reflexão teórica, para pesquisa empírica focada na prática jornalística da cobertura sobre exclusão social – mais precisamente, sobre o trabalho da imprensa quando a exclusão social de crianças e adolescentes está em pauta.

Aqui neste trabalho, porém, queremos ater-nos às definições dos três conceitos já destacados. O objetivo é tentar contribuir para o debate sobre as teorias do jornalismo, apresentando um arcabouço teórico que demonstrou-se adequado para a pesquisa focada na prática jornalística sobre exclusão social. No Brasil, desde fins do século XX e nesta primeira década do século XXI, as teorias do jornalismo têm caminhado rumo à consolidação de um campo específico, seja como subárea da comunicação, seja reivindicando uma autonomia mais radical. Sem entrar no mérito das vantagens e desvantagens da autonomização do campo teórico, mais importante aqui é entender e estudar o jornalismo como saber, profissão e conjunto de práticas, inserido na cultura de massas, cujas conexões sociais frequentemente ultrapassam o campo da comunicação.

A especificidade dos estudos teóricos sobre o jornalismo está certamente conectada aos desenvolvimentos teóricos iniciados por Walter Lippmann (2008), nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século passado. Não é possível pensar o jornalismo sem ter em mente os Estados Unidos como berço da imprensa moderna, que influenciaria o mundo todo ao longo do século XX. O mesmo vale para o estudo do jornalismo. A importância dada pelos principais pensadores da Revolução Americana à questão da liberdade de expressão ofereceu as condições tanto para o nascimento do jornalismo moderno quanto para sua constituição como objeto de estudo.

A consolidação da especificidade do campo teórico, vale ponderar, não significa homogeneização. Pelo contrário, as linhas teóricas que compõem as teorias do

² O uso do termo “teorias” no plural é proposital e parte do princípio da inexistência de uma linha teórica única e homogênea nesse campo.

jornalismo incluem tanto análises macroscópicas quanto microscópicas; ora com foco mais voltado para a representação (resultado final da produção jornalística), ora com foco principal nas práticas (o fazer jornalístico). Reconhecendo que essas classificações não são fixas, a reflexão contida neste trabalho está diretamente conectada às práticas – necessariamente expressas no resultado final da produção jornalística. Portanto, não podemos deixar de enfatizar as correntes teóricas voltadas para o fazer jornalístico.

Nesse sentido, seguimos o arcabouço teórico da corrente teórica do *newsmaking*, ou “etnoconstrucionista”, conforme sistematização oferecida por Nelson Traquina (2001, 2005a, 2005b). As teorias do jornalismo, como entendidas aqui, buscam, conforme Traquina, explicar porque as notícias são como são. “Não podemos compreender porque as notícias são como são sem compreender a cultura profissional da comunidade jornalística” (TRAQUINA, 2005a, p. 26).

Construção social da realidade

Começamos, portanto, pelo conceito de “realidade como construção social”, comum às correntes teóricas “estruturalista” e “etnoconstrucionista” (*newsmaking*), conforme Traquina, desenvolvidas nos campos da “sociologia do trabalho” norte-americana e dos “estudos culturais” britânicos. A premissa dessas abordagens é que o “mundo real” só nos é acessível por meio de construções sociais – linguísticas, em última análise.

A corrente do *newsmaking* segue a linhagem da “sociologia do conhecimento”, difundida nos Estados Unidos sobretudo a partir da obra de Peter Berger e Thomas Luckmann (2007), que a sistematizaram em *A construção social da realidade*, publicado originalmente em 1967. Berger e Luckmann (2007, p. 11) definem “realidade” como “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos ‘desejar que não existam’)”. Segundo os autores, a sociedade é uma “realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva” e deve ser entendida “em termos de um processo dialético em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização” (BERGER & LUCKMANN, 2007, p. 173). Dessa forma, o indivíduo “simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva” (BERGER & LUCKMANN, 2007, p. 173).

Assim, ao conceituar a realidade como “construção social” assumimos que ela está em disputa. Nessa concepção, o jornalismo relata os acontecimentos num processo complexo de interação social. Interagem nessa arena “os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora de sua organização” (TRAQUINA, 2001, pp. 84-85). Assim, segundo Traquina (2001, p. 87), as notícias são “índice do ‘real’” e, portanto, contribuem para a construção da realidade.

Esse processo complexo de interação social desenvolvido para relatar os acontecimentos se dá nas bases da cultura profissional dos jornalistas. O relato jornalístico dos acontecimentos – ou seja, o empreendimento de processá-los discursivamente e apresentá-los nos diferentes formatos de mídia – inclui tanto uma atividade de “seleção” (o que relatar) quanto de “construção” (como relatar). Para operar nesses dois níveis, o jornalismo moderno, a partir de sua profissionalização, desenvolveu alguns critérios.

Noticiabilidade

Do ponto de vista da técnica, a questão central do jornalismo é decidir o que é notícia e organizar metodologicamente um conjunto de práticas para narrar os acontecimentos. Surge aí o conceito de noticiabilidade (*newsworthness*), definido por Traquina como “conjunto de critérios e operações que fornecem” aos acontecimentos “a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 63). Para ter noticiabilidade, o acontecimento deve possuir valores-notícia (*news values*). Destacam-se aqueles que os possuem em maior grau.

Listados, problematizados e estudados por diversos autores, tanto no campo da corrente “estruturalista” quanto no campo da corrente “etnoconstrucionista”, a ideia de valor-notícia surgiu originalmente no trabalho dos noruegueses Johan Galtung e Mari Ruge, sobre a seleção dos acontecimentos no noticiário internacional (TRAQUINA, 2001, p. 55).

Para orientar o uso do conceito de noticiabilidade neste trabalho, recorramos, mais uma vez, a uma sistematização oferecida por Traquina. Segue aqui, portanto, uma lista de valores-notícia, separados em duas categorias distintas: “valores-notícia de seleção” e “valores-notícia de construção” (TRAQUINA, 2005b, p. 77). Segundo Traquina, a divisão em categorias foi sugerida por Mauro Wolf (2003), a partir da

constatação da importância deles tanto antes quanto durante o processo de produção das notícias. Antes do processo de produção, os critérios de seleção podem ser subdivididos em substantivos ou contextuais. Os primeiros são inerentes ao acontecimento a ser relatado. Os segundos dizem respeito a como o acontecimento se apresenta diante da prática jornalística.

Entre os valores-notícia de seleção substantivos, destacam-se (1) a morte, (2) a notoriedade do ator principal do acontecimento e (3) a proximidade, tanto geográfica quanto cultural. Ainda nesse grupo, Traquina inclui (4) a relevância – “preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas” (TRAQUINA, 2005b, p. 80). Conectados, os valores de (5) novidade e (6) tempo respondem pela necessidade de localizar os acontecimentos no presente, sempre em busca do “gancho”³.

A lista segue com o valor da (7) notabilidade – a qualidade de o acontecimento ser “visível” ou “tangível” (TRAQUINA, 2005b, p. 82). Nele, também estão inclusas as ideias de anormalidade e do insólito. Em linha semelhante, mas um pouco diferente, está o valor-notícia do (8) inesperado – aqueles acontecimentos capazes de mudar rotinas e fazer todos pararem o que estão fazendo para observá-los.

Por fim, Traquina destaca entre os valores de seleção substantivos o (9) conflito e a (10) infração. O primeiro inclui as disputas travadas por meio da violência, física ou simbólica. O segundo abrange todos os desvios de conduta ou quebra de regras, desde a criminalidade em geral – “o crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente” (TRAQUINA, 2005b, p. 85) – até os grandes casos de corrupção na política-partidária, normalmente tratados sob o viés do escândalo.

Passando aos valores-notícia de seleção contextuais (que dizem respeito à capacidade de os acontecimentos serem relatados por meio de técnicas jornalísticas), o primeiro a ser pesado é a (11) disponibilidade, ou seja, o nível de dificuldade para relatar determinado assunto. A “noticiabilidade” de um acontecimento depende também do (12) equilíbrio – necessidade de se mesclar assuntos e evitar repetições ou temas “batidos” – e da (13) visualidade – se há registro imagético (fotográfico ou audiovisual) do acontecimento.⁴

³ “Gancho”, no jargão jornalístico, é o acontecimento recente – e, portanto, na “ordem do dia” – que serve para contextualizar outros acontecimentos correlatos, mas menos associados à temporalidade do presente.

⁴ Esse critério de noticiabilidade é importante principalmente nos veículos de comunicação em que a força da imagem é fundamental, como no jornalismo televisivo. A ressalva serve para

O contexto da seleção depende também da (14) concorrência, traduzida na busca incessante por furos, e da ideia de (15) “dia noticioso”. O último é especialmente recorrente no jornalismo diário: uns dias têm excesso de acontecimentos relevantes, outros padecem da falta deles. Assuntos relevantes, mas que não sejam urgentes ou recentes, podem ficar de fora do noticiário de um “dia noticioso” simplesmente porque há excesso de notícias “quentes”⁵.

Depois de selecionados os acontecimentos a serem noticiados, os critérios de noticiabilidade continuam atuando no processo de produção do noticiário. Entram aí os valores-notícia de construção. Destacam-se a (16) simplificação, a (17) amplificação e a (18) relevância. Todos têm a ver com a necessidade de fazer a notícia ser compreendida pelo público, usando recursos, tanto nas informações buscadas quanto na apresentação final, para simplificar o entendimento sobre o acontecimento, amplificar seu impacto e demonstrar sua relevância. Juntos na tarefa de tornar os relatos mais próximos do público estão ainda os critérios de (19) personalização e (20) dramatização. O primeiro destaca o fator humano dos acontecimentos; o segundo reforça seus aspectos mais emocionais.

A influência da cultura profissional dos jornalistas na operação de decidir o que é notícia e organizar metodologicamente um conjunto de práticas para narrar os acontecimentos gera duas consequências principais. A primeira é a relativização do peso dos valores-notícia. Em cada caso, determinados critérios merecem mais destaque, em função de fatores como: (a) tipo de mídia (se segmentada ou voltada para o público geral; se impressa ou televisiva etc.); (b) periodicidade; (c) abrangência (local, regional, nacional etc.); (d) traços culturais da comunidade em que o jornalismo está inserido; (e) características do público para o qual a mídia é voltada (expressa, principalmente, na imagem que os jornalistas fazem dele); (f) linha editorial do veículo; entre outros.

A segunda consequência: os critérios de noticiabilidade são tácitos e apreendidos conforme os jornalistas inserem-se no meio profissional. Isso vale tanto para jornalistas iniciantes quanto para quem muda de trabalho e, portanto, deve adaptar-se ao novo veículo, reconhecendo e usando os valores-notícia privilegiados por ele.

lembrar que a importância dos valores-notícia varia de acordo com uma série de fatores – entre eles o tipo de mídia.

⁵ No jargão jornalístico, classificam-se como “quentes” os textos sobre os acontecimentos mais recentes ou que os revelam. “Frios” são os textos sobre acontecimentos já noticiados ou que estejam fora da ordem do dia – e, por isso, precisam de ganchos.

Objetividade

Inseridos na cultura jornalística dominante, a seleção e o balanceamento dos valores-notícia são regidos pela “teoria do espelho” – que, embora seja chamada de “teoria”, é de fato a explicação do senso comum da cultura dos jornalistas sobre o funcionamento do seu trabalho. Assim, o processo de definição do peso de cada valor-notícia, além de tácito, é implícito e não questiona o pressuposto de que os relatos jornalísticos são reproduções fiéis do mundo real. A esse pressuposto da “teoria do espelho” podemos chamar de “ideologia da objetividade”. Na cultura jornalística hegemônica, a objetividade é considerada inerente à prática – ou, pelo menos, é um atributo realizável de um jornalismo comprometido com a “verdade” – e, portanto, é o paradigma da “ideologia profissional”⁶ dos jornalistas.

Por outro lado, a perspectiva oferecida pelas correntes teóricas do paradigma da realidade como construção social, conforme já visto, refuta a possibilidade de uma linguagem neutral. Ou seja, a objetividade como antítese da subjetividade do jornalista não é realizável. Isso não significa descartar a objetividade, assumindo-a como uma falácia, mas conceituá-la como um método, oferecendo um olhar crítico sobre a “ideologia da objetividade”.

A abordagem histórica de Michael Schudson (1978) nos oferece subsídios para conceituar a objetividade como método. Muitos manuais de história da mídia tendem a creditar a emergência da objetividade jornalística à criação da agência de notícias Associated Press, em 1848, pouco depois da invenção do telégrafo. Essa abordagem associa a emergência da objetividade ao advento da notícia no jornalismo norte-americano. Para transmitir via telégrafo relatos para jornais de todos os cantos dos Estados Unidos, a Associated Press foi obrigada a adotar estilo de redação conciso, atendo-se aos fatos, e com isso teria introduzido o paradigma informativo da imprensa moderna. A perspectiva histórica de Schudson, contudo, refuta o determinismo tecnológico:

A reportagem objetiva não se tornou norma ou prática no jornalismo no fim do século XIX, quando a Associated Press estava crescendo. (...) Na virada do século, os principais jornais davam muito mais ênfase a uma boa história do que aos fatos. O sensacionalismo, em suas várias formas, foi o motor do desenvolvimento do conteúdo dos jornais (SCHUDSON, 1978, p. 5, tradução nossa).

⁶ Aqui se toma ideologia como um conceito genérico, algo como um “conjunto de ideias” que define o campo profissional e oferece a ele pressupostos mínimos para o exercício da atividade. Não estamos, portanto, enveredando-nos pelas diversas correntes teóricas que empenharam-se em conceituar o termo.

Schudson demonstra que o conceito de notícia, um dos movimentos fundadores do paradigma informativo do jornalismo, foi criado nas décadas de 1830 e 1840. Nesse momento de grande desenvolvimento econômico, modernização e urbanização dos Estados Unidos, os jornais – que também se modernizaram empresarial e tecnologicamente – começaram a relatar acontecimentos do cotidiano, em vez de apenas difundir opiniões. Nos primeiros relatos, a preocupação com sua fidelidade ao mundo real não se colocava.

A análise histórica de Schudson demonstra que a questão da correspondência dos relatos com o mundo real se colocou somente nas décadas de 1920 e 1930, após a Primeira Guerra Mundial. “Nos anos 1920 e 1930, muitos jornalistas observaram com crescente ansiedade que os fatos, ou o que eles tomavam por fatos, não eram confiáveis” (SCHUDSON, 1978, pp. 6-7, tradução minha). Dos anos 1830-40 até a virada para o século passado, o jornalismo recentemente moderno norte-americano observou o triunfo da imprensa sensacionalista, preocupada em contar boas e inusitadas histórias para sustentar um *boom* de vendas, em sucessivos recordes de tiragens.

A imprensa de informação – na qual a redação telegráfica introduzida pela Associated Press teria terreno fértil – teve vez somente a partir do fim do século XIX, de certa forma em oposição ao sensacionalismo. Em 1896, o jornal *The New York Times* começou sua caminhada em prol de um jornalismo que buscava um novo padrão (informativo) para atrair leitores de uma elite também em franca modernização. O processo foi lento e tomou as primeiras décadas do século XX, pois “mesmo no New York Times, era incomum os jornalistas verem uma divisão clara entre fatos e valores” (SCHUDSON, 1978, p. 5, tradução nossa).

Segundo Schudson, até 1920, os jornalistas que acreditavam na imparcialidade dos fatos tinham uma visão ingênua de seu trabalho. Somente nessa década começou a ganhar corpo, nos Estados Unidos, a concepção da realidade como construção individual e coletiva. Até se darem conta de que os fatos não são tão confiáveis, talvez motivados pela barbárie da Primeira Guerra Mundial, os jornalistas “não pensavam muito sobre a subjetividade da percepção” (SCHUDSON, 1978, p. 6, tradução nossa).

Portanto, a objetividade jornalística se consolidou nos Estados Unidos, segundo Schudson, como um conjunto de regras e procedimentos para substituir a fé nos fatos num mundo em que nem eles poderiam ser de confiança. “Objetividade, nesse sentido, significa que as declarações de alguém sobre o mundo são confiáveis desde que

submetidas a regras estabelecidas e legitimadas por uma comunidade profissional” (SCHUDSON, 1978, p. 7, tradução nossa).

As regras seriam estabelecidas ainda na primeira metade do século passado e começaram a ser expressas nos códigos deontológicos desenvolvidos no âmbito das associações profissionais de jornalistas nos Estados Unidos. Os códigos surgiram com a pretensão de oferecer parâmetros éticos mínimos à conduta profissional dos jornalistas e como uma resposta à constatação, verificada por Schudson, de que nem os fatos eram confiáveis.

Resumidamente, os códigos deontológicos das associações de jornalistas recomendavam práticas como oferecer espaço e acessos iguais a mais de um ponto de vista, sempre buscar o contraditório (obtendo o outro lado da história) e atribuir corretamente as informações às fontes. Essas práticas são citadas por Philip Meyer (1989), em *A ética no jornalismo*, como “regras pragmáticas para a objetividade”. Meyer resume assim a regra da objetividade: “o repórter procura adotar uma posição de ‘homem de Marte’, vendo cada exemplo como novo, não perturbado por expectativas prévias, juntando observações e passando-as adiante intocadas por interpretações” (MEYER, 1989, pp. 81 e 82).

Meyer reconhece que “isto não funciona, naturalmente”, pois o mundo é complexo demais. Daí a necessidade de parâmetros de conduta e boas práticas no exercício do jornalismo, em prol de relatar a realidade a partir da complexidade de pontos de vista que a formam e não a partir de uma só visão. Ou seja, trata-se de reconhecer que o mundo real não existe independentemente de uma realidade socialmente construída.

Dessa forma, defendemos aqui, seguindo Felipe Pena (2007), que a objetividade não se opõe à subjetividade do jornalista. A primeira surgiu exatamente devido à constatação da inevitabilidade da segunda. Assim, a objetividade jornalística é um método de trabalho focado em enriquecer as subjetividades presentes no relato dos acontecimentos (PENA, 2007, pp. 50-51) e garantir parâmetros mínimos de qualidade na operação jornalística. Nas palavras de Eugênio Bucci (2000), em *Sobre ética e imprensa*:

A melhor objetividade no jornalismo é então uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade. Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e o reportam, e os que tomam conhecimento do fato pelo relato (BUCCI, 2000, pp. 93-94).

Objetividade como método

A principal vantagem do conceito da objetividade como método é sua conexão lógica com a prática jornalística – daí porque se apresenta como ferramenta importante nos arcabouços teóricos de pesquisas sobre os processos produtivos. Consideramos a objetividade como peça central da prática. Assim, ela é definida como um conjunto de procedimentos para garantir rigor à prática jornalística. A reflexão sobre a objetividade enquanto método e a crítica à objetividade enquanto ideologia são aqui apontados como caminhos para reforçar o estabelecimento de parâmetros mínimos na prática jornalística. A necessidade de estabelecer esses parâmetros vem da constatação de que o exercício da crítica precisa ser aprofundado nas redações brasileiras.

Tanto Schudson quanto Meyer mostram como, nos Estados Unidos, a objetividade foi forjada justamente a partir da reflexão, por parte da comunidade jornalística, sobre a subjetividade dos profissionais, a manipulação dos discursos sobre os acontecimentos por agentes interessados e a influência de uma complexa interação social nos relatos. O resultado dessa reflexão foi o estabelecimento de códigos de conduta ética, nas primeiras décadas do século XX. No Brasil, porém, embora os primeiros códigos de conduta também datem do início do século passado, de uma maneira geral, o conjunto de procedimentos da objetividade foram importados – a década de 1950 é o marco (BARBOSA, 2007) – e adaptados com uma carga de reflexão, por parte dos próprios profissionais, talvez menor do que no caso norte-americano. Segundo Bucci (2000, p. 37), no Brasil, “jornalistas não gostam muito de falar de ética”. O mesmo pode valer para a objetividade. A falta de reflexão contribui para a consolidação da objetividade como ideologia, definida como antítese da subjetividade do jornalista.

A má vontade que a cultura das redações reserva para a discussão ética parece um traço atávico. É como se abrir-se ao debate fosse perda de tempo ou um sinal de frouxidão. (...) A recusa em discutir ética em público se manifesta como se fosse afirmação de independência. Os jornalistas se recusam a prestar contas a quem quer que seja. (...) Pode-se dizer que a arrogância jornalística não é outra coisa senão a afirmação de uma auto-suficiência ética. É como se a imprensa proclamasse: minha função é informar o público, mas os meus valores não estão em discussão, os meus métodos não são da conta de mais ninguém – eles são bons, corretos e justos por definição (BUCCI, 2000, pp. 38-39).

Qualquer observador atento do comportamento da imprensa brasileira sabe que nem sempre seus métodos são bons, corretos e justos por definição. Bucci destaca

duas explicações (uma histórica, outra prática) para resistência das redações brasileiras perante o debate ético – que podem, em certa medida, ser aplicados à reflexão sobre a objetividade e, portanto, sobre a prática jornalística.

A explicação histórica começa em nossa formação social – segundo Bucci (2000, p. 39), afeita ao clientelismo, refrataria aos direitos humanos e pouco familiarizada com a “dimensão substantiva” da ética – e desemboca numa reação da imprensa brasileira ao autoritarismo e à censura da ditadura militar (1964-1985). A falta do debate público sobre ética e métodos do jornalismo seria uma “casca grossa” contra o cerceamento da liberdade de expressão (BUCCI, 2000, p. 41). Já a explicação prática assenta-se na constatação de que toda decisão jornalística gera efeitos éticos. Ou seja, é impossível manter o debate ético diante do cotidiano do trabalho jornalístico.

Em linhas gerais, as duas explicações também podem ser aplicadas à questão da objetividade. Realmente, durante a ditadura, a parte da imprensa brasileira empenhada em praticar um jornalismo crítico e independente foi obrigada a submergir ou a atuar nos espaços possíveis – embora a relação de seu comportamento com a formação social brasileira possa ser mais complexa do que sugere Bucci. Mesmo quando praticava um jornalismo de qualidade, o aprofundamento da reflexão sobre seus métodos era dificultado pelas circunstâncias. Já em relação à explicação prática, embora a reflexão sobre os métodos seja mais simples do que o debate ético, muitas vezes ela é também atropelada por prazos de fechamento⁷ exíguos ou sobrecarga de trabalho. Atemos-nos, porém, à convicção de Bucci (2000, p. 46), de que

fazer jornalismo sem refletir sobre jornalismo já não basta. Se há razões que explicam a má vontade dos jornalistas quando o assunto é ética na imprensa (...), a persistência da má vontade num ambiente relativamente mais democrático já não aparece como sinal de força, mas enfraquece a imprensa.

Considerações finais

Dessa forma, já para concluir estes passos iniciais na reflexão sobre alguns conceitos das teorias do jornalismo, assumimos aqui o debate sobre o método jornalístico como fundamental para garantir parâmetros mínimos na prática jornalística num ambiente democrático. Igualmente, esse debate é importante para maximizar a

⁷ “Fechamento”, no jargão jornalístico, é o processo de edição final dos textos nas páginas – o termo é usado sobretudo no jornalismo impresso. O fechamento é influenciado por aspectos industriais (a impressão) e logísticos (a distribuição). Ou seja, há uma pressão comercial muito forte. Por isso, toda a rotina produtiva dos meios impressos é definida em função dos prazos de fechamento.

capacidade de o jornalismo contribuir para o aprofundamento da democracia – processo verificado nos Estados Unidos, mesmo com inúmeras ressalvas, e que, lembre-se, vivemos atualmente no Brasil.

Ao assumir a objetividade como central no método jornalístico, estamos escolhendo-na como guia nesse debate necessário. Dada a subjetividade do jornalista – análoga a de qualquer pesquisador cujos objetos confundem-se com o observador, como é o caso das ciências humanas –, o rigor do método (a objetividade) é a garantia de que buscar a “verdade” (possível) sobre diversos aspectos do mundo real continuará sendo o objetivo maior do jornalismo. O rigor do método nos oferece, portanto, os parâmetros mínimos para uma prática jornalística comprometida com a consolidação da democracia.

A cobertura sobre exclusão social, sobretudo, é nevrálgica nessa consolidação. Como arcabouço teórico, o conceito de “objetividade como método”, combinado à noção da “construção social da realidade” e contextualizado no âmbito da cultura profissional das redações – expressa na definição de “noticiabilidade” –, contribui para o estabelecimento de parâmetros mínimos na prática profissional da imprensa. Em linhas gerais, isso foi feito na pesquisa de mestrado já mencionada, que concentrou-se numa análise comparativa entre o noticiário factual e um conjunto de reportagens agraciadas com o Prêmio Esso, entre meados da década de 1990 e esta primeira década do século XXI. Nessa análise, demonstramos uma tendência de elementos básicos da “objetividade como método” – como a contextualização dos acontecimentos, a pluralidade de fontes e o banimento de termos pejorativos – serem menos presentes no noticiário cotidiano do que nas reportagens, a despeito das diferenças de escala intrínsecas aos dois gêneros jornalísticos.

Por fim, se estamos partindo da definição de realidade como construção social, parece lógico ressaltar que ela está em disputa. Como as relações de poder são inerentes às relações humanas (portanto, sociais), a construção social da realidade é um processo político. Sobretudo no caso do jornalismo brasileiro, quando a objetividade é tomada como ideologia profissional, confunde-se apartidarismo com despolitização. Exatamente por ser ferramenta na disputa pela construção da realidade, o jornalismo é necessariamente político. Reconhecer isso pode ser um primeiro passo para reforçar parâmetros mínimos do método jornalístico nas coberturas sobre exclusão social.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MEYER, Philip. **A ética no jornalismo**: um guia para estudantes, profissionais e leitores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**: a social history of American newspapers. Nova York: Basic Books, 1978.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- _____. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005a.
- _____. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.